

Lusotropicalismo, racismo e identidade

ISABEL FERIN CUNHA
(*Pontifícia Universidade Católica de Lisboa*)

Resumo

O relato pretende demonstrar a permanência e a atualização de um discurso de matriz "lusotropicalista" sempre que os portugueses se referem ao Outro (ex-colonizado). O trabalho identifica a matriz discursivo-cognitiva do discurso colonial português dos finais dos anos 50 e procura mostrar elementos dessa matriz "lusotropicalista" nos anos 90.

Palavras-chave: análise do discurso, imprensa portuguesa, lusotropicalismo, opinião

Resumen

El artículo analiza la permanencia y actualización de un discurso de matriz "lusotropicalista" siempre que los portugueses se refieren a el Otro (ex colonizado). El trabajo identifica la matriz discursivo-cognitiva del discurso colonial portugués en final de los años 50 e busca mostrar elementos de esta matriz "lusotropicalista" en los años 90.

Palabras-clave: análisis del discurso, periodismo portugués, lusotropicalismo, opinión pública

Abstract

This paper intends to analyse the permanence and actualization of the "lusotropicalist" discourse when the portuguese people referred the Other (the colonized people). The work shows the cognitive-discursive pattern of portuguese colonial discourse of the fifties and the propose is to identify some constructive lusotropicalist elements.

Keywords: discourse analyses, portuguese press, lusotropicalism, public opinion

Introdução

Nos últimos anos assistiu-se em Portugal ao ressurgimento e à reapropriação das formas discursivas do lusotropicalismo em simultâneo com a implementação dos Acordos de Schengen e o recrudescimento de políticas e de práticas racistas discriminatórias.

Ratificados os Acordos em 1993, parecem coabitar, na praça pública, dois discursos-padrão, sobre as relações do Eu-português e do Outro-Lusófono: o discurso da tolerância, da assimilação, da revitalização do "lusotropicalismo" promotor da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, e o discurso da execução quotidiana das políticas de exclusão e repressão.

Com o objetivo de conferir estes pressupostos, temos trabalhado em alguns estudos de caso, nomeadamente nos discursos oficiais e oficiosos (do anterior executivo português chefiado pelo Prof. Cavaco Silva e das associações empresariais) sobre a cooperação e o desenvolvimento e na imagem do africano na imprensa portuguesa.

Estes estudos de caso vêm tornar complexa a hipótese anterior de dois discursos-padrão sobre as relações do Eu-Português e do(s) Outro(s) - Lusófonos. Complexificação que se pode resumir nas seguintes questões: progressiva apropriação e adaptação do discurso mítico colonial às necessidades estratégicas da "modernização" e da globalização simbólica e económica; utilização do mesmo discurso como reforço da consistência cognitiva dos portugueses no sentido de confirmar e reforçar a identidade nacional; o Outro como complemento do Eu-Português, dando origem a uma contemplação narcisística e histórica da identidade mítica; a imagem do(s) Outro(s), sobretudo Africano, como reforço do heteroestereótipo do exótico, do carente e da marginalidade.

O nosso objetivo é, portanto, analisar e reordenar alguns elementos desses discursos tendo como hipótese a existência de uma recorrência de determinados elementos discursivos e argumentativos, que teriam a sua origem nos finais dos anos 50, início dos anos 60, no momento em que deflagraram as lutas independentistas nas colônias portuguesas.

Este discurso mítico colonial foi consolidado por alguns políticos e cientistas sociais afetos ao regime salazarista no momento em que a necessidade urgente de uma campanha propagandística do Estado Salazarista se fez presente. Com esta campanha procurou o Estado Novo (apoiado pela Igreja) garantir quer a aceitação, quer o reforço da permanência dos portugueses nas colônias através da promoção, valorização e organização de manifestações identitárias portuguesas, apoiadas por formas retórico-discursivas próprias.

Iniciamos, assim, o nosso trabalho tentando apresentar uma matriz discursivo-cognitiva colonial fundada na análise de cinco artigos dos finais dos anos cinquenta (dois da autoria do professor e político Adriano Moreira e três da autoria do professor e antropólogo Jorge Dias).

Seguidamente, analisaremos a recorrência a essa matriz nos discursos sobre a Cooperação e o Desenvolvimento produzidos no penúltimo ano (1994) do governo do Professor Cavaco Silva, quer na imprensa de referência (cerca de 100 artigos), quer em duas revistas da especialidade (uma editada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros - *Cooperação Portuguesa*, outra pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico - *Elo*).

Num outro momento, procedemos à análise de cerca de 100 artigos de opinião publicados na imprensa de referência em Portugal, ao longo dos anos de 1993, 1994 e 1995, com o objetivo de explorar a hipótese de que estes discursos potenciariam uma base identitária, com contornos de resistência à crescente globalização econômica e simbólica em que os portugueses (ou apenas as elites?) se sentem submergir.

Por último, analisamos cerca de 173 peças jornalísticas, publicadas no mês de julho de 1996, correspondentes ao período de instituição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Nesta última abordagem, pretendemos conferir a permanência (ou não) de elementos advindos da matriz discursivo-cognitiva colonial assim como identificar as estratégias de modernização e globalização presentes.

A matriz discursivo-cognitiva colonial

A tentativa de identificar uma matriz discursivo-cognitiva fez-se tendo como base os artigos de Adriano Moreira, "Contribuição de Portugal para a valorização do Ultramar" (Moreira, 1961, a.) e "As Elites das Províncias de indigenato" (Moreira, 1961, b.), publicados em *Ensaio*s de 1961, e os artigos de Jorge Dias "A expansão portuguesa à luz da moderna antropologia" (Dias, 1961, a.), "Os elementos fundamentais da cultura portuguesa" (Dias, 1961, b.) e "Algumas considerações sobre as áreas culturais" (Dias, 1961, c.) editados nos *Ensaio*s *Etnológicos* pela Junta de Investigações do Ultramar em 1961.

Como metodologias, foram experimentadas as propostas de Jean-Claude Gardin (Gardin, 1991 e 1993, 1996) sobre a análise da construção dos discursos em Ciências Humanas. Esta análise parte do pressuposto que existem "fatos/dados" que suportam o desenvolvimento dos discursos, sendo que existiriam raciocínios ("operações") que articulariam esses "fatos/dados" com as sucessivas elaborações ("construções") realizadas sobre eles.

Por exemplo: Se X, e Se Y, Então Z -> princípio complexificável em diferentes níveis.

Este processo pode seguir ou uma via empírico-indutiva, quando parte dos "fatos/dados" para as "teses ou hipóteses", ou ainda, uma via hipotético-dedutiva quando parte das "teses ou hipóteses" para os "dados/fatos".

Por exemplo: Se fato a, e Se fato b, Então "tese" C -> via empírico-indutiva:

Se "tese" C, Então fato b e Então fato a -> via hipotético dedutiva.

Para o mesmo autor, os "dados/fatos" são, indiscriminadamente, fenômenos e/ou conceitos, sejam da vida quotidiana (por exemplo, a "semântica" local portuguesa) ou das ciências constituídas (no nosso caso, na quase totalidade pertencentes ao direito, à história, à antropologia) utilizados de forma pragmática na retórica discursiva (Gardin, 1987: 18-21).

Assim, por exemplo, são "dados/fatos" dos textos analisados quer a decadência do ocidente, quer o humanismo português, quer a personalidade de base, quer ainda a adaptação, o idealismo e a tolerância (portuguesa).

Também são "dados/fatos" da História portuguesa a viagem de Vasco da Gama ou Pedro Alvares Cabral, a bula *Romanus Pontifex*, ou legislação como as Ordenações do Reino e o "Directório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão" (Moreira, 1961, a.:213-22).

A organização destes "fatos/dados" potencializa, na verdade, a constituição de uma base referencial e informativa do discurso colonial, sempre evocada no momento da articulação de uma "tese", teoria, explicação, interpretação ou comentário.

Sendo os discursos analisados textos com pretensão científica, cuja função seria fazer conhecer as "teses" *lato sensu* sobre Portugal e as colônias e os "dados/fatos" que as apoiam, para além da "tese" de cada texto, uma "Tese maior" articulada por nós da seguinte maneira: "A diferença da colonização portuguesa relativamente às outras colonizações europeias, reforçada pela crescente decadência dos valores do Ocidente (Europa) e pela constante capacidade de adaptação e assimilação dos portugueses".

Esta "Tese maior", que está subjacente aos cinco textos, articula-se em diferentes níveis e com graus de especialização diferenciados em cada um dos textos analisados, sendo que prevalecem algumas "teses/interpretações" intermédias comuns.

Posteriormente, numa perspectiva mais elaborada, a que se poderia chamar uma inferência ou um raciocínio de segundo nível, os autores passam a defender determinadas "teses" com base nessas anteriores interpretações atributivas, como por exemplo na "tese Assimilação", desenvolvida no já referido texto de Moreira (Moreira: 1961, a.) e que tomaria a seguinte configuração:

"Se os portugueses, cujo país tem como tradição o humanismo cristão, a dignidade humana e as relações com outros povos, Se os portugueses contatam com povos dos trópicos, Então há uma interpenetração de valores, de técnicas, de cultura, Então há uma Assimilação".

A mesma descomplexificação poder-se-ia realizar no texto de Dias (1961,a.) que poderíamos esquematizar na seguinte inferência:

"Se etnocentrismo *sui-generis*, Se personalidade de base portuguesa, Então êxito da Expansão Ultramarina ."

Num terceiro nível de "tese/interpretação" poder-se-ia colocar o conceito ou a noção de Lusotropicalismo, que decorreria das seguintes inferências intermédias:

"Se um país com a Entidade-Portugal, e Se portugueses com as anteriores características de personalidade-base, contatam sociedades

tropicais, Então há um processo de Assimilação. Se existe esse processo de Assimilação e Se prevalece a área cultural portuguesa, Então Sociedade Lusotropical."

Enquanto os dois textos citados (Dias: 1961a., Moreira:1961,a.) exploram estas "teses" centrais do discurso colonial e das relações entre Nós (portugueses) e os Outros, os três restantes textos focam perspectivas complementares. Assim, Dias (1961, b.c.) apresenta as questões relativas à cultura portuguesa ("Os elementos fundamentais da cultura portuguesa") e à cultura luso-brasileira ("Algumas considerações sobre áreas culturais. A área cultural Luso-Brasileira") e Moreira desenvolve a questão da união da nação colonial portuguesa ("As Elites das províncias de indigenato").

Neste último texto, Moreira parte da necessidade da "unidade da nação colonial", só possível através da "Assimilação" cultural realizada pelos seus Agentes, articulando o seguinte raciocínio:

"Se cultura portuguesa, Se contato com cultura indígena, Então assimilação. Se assimilação Então Agentes assimiladores. Se Agentes assimiladores, Então destribalização, Então sociedade pluriracial, Então unidade da nação colonial".

Em reforço à ação assimiladora são, então, consideradas Elites nos territórios de colonização portuguesa os "grupos, minoritários ou majoritários, que se tenham revelado como uma força assimiladora, isto é, como fontes de divulgação de modelos de conduta socialmente relevantes" (Moreira, 1961 b.:42), como por exemplo os colonos portugueses, os assimilados, os missionários, os chefes indígenas, os destribalizados e as minorias étnicas.

Nos dois textos seguintes, Dias aprofunda a idéia de "personalidade-base" em conjunto com a idéia de cultura portuguesa - variante cultura superior e regional - e de expansão de "área cultural" (Dias, 1961, c.:77). A área cultural portuguesa, quando aliada a áreas culturais distintas e ao movimento de expansão, resultaria, como no caso do Brasil, num fenômeno curioso.

Idéias presentes nos textos que poderiam ser esquematizadas nas seguintes inferências:

Se Entidade-Portugal, Se Personalidade-Base, Se Expansão Ultramarina, Se Colonização e Se Assimilação, Então uma Cultura Portuguesa e uma Área Cultural Portuguesa.

Até que ponto os elementos isolados nesta análise configuram uma Base de "fatos/dados" e uma Base de "conhecimentos" incorporada na "*Social Mind*" (Van Dijk, 1994:110) pela socialização nos discursos sobre o Outro dos nossos dias?

Os discursos sobre a cooperação

Passados mais de 20 anos, a leitura constante e freqüente de textos de revistas e de jornais sobre a Cooperação e o Desenvolvimento deixava a sensação da permanência desta matriz cognitivo-discursiva colonial dos textos dos anos 50 .

Esta "sensação" de que estes discursos incorporavam, com adaptações e matizes "modernas", o discurso "das características de adaptabilidade, tolerância e assimilação dos portugueses aos trópicos", levou à formulação da primeira hipótese de análise, logo seguida de uma outra hipótese centrada na existência de dois "discursos-padrão" sobre a Cooperação e Desenvolvimento dependentes das estratégias utilizadas pelos enunciadores.

Assim, partiu-se para a definição de um *corpus* de análise que abrangesse discursos oficiais e oficiosos de um mesmo momento, assim como textos da imprensa de referência. Nesta perspectiva, analisou-se o número dois da revista *Cooperação Portuguesa*, editada em março de 1994 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros/Gabinete do Secretário de Estado da Cooperação, a revista *Elo*, da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Econômico e a Cooperação, do mesmo mês e ano, e cerca de 100 artigos da imprensa de referência do mesmo ano.

Como metodologia de análise tivemos em conta alguns princípios da semiolinguística no que diz respeito às tipologias discursivas apresentados por Charandeau (Charandeau:1983), às questões relacionadas com a pragmática da comunicação, no sentido de integrar os discursos na racionalidade moderna (Rodrigues: 1994), e alguns princípios das teorias cognitivas no que concerne à categorização social e à relação entre grupos (Van Dijk: 1992 e 1994; Ghiglione: 1990).

As revistas

Confrontando as duas revistas, algumas conclusões parecem ser evidentes, nomeadamente a predominância de um discurso do método centrado na identificação, descrição e operacionalização de objetos. Por exemplo: na revista *Cooperação Portuguesa*, a descrição do que é a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, no artigo do mesmo nome de Fernando Neves; o que é e para que serve o Fundo para a Cooperação Econômica, no artigo com o mesmo nome de Isabel Pinto Correia; o que é a Formação de Quadros na política de cooperação portuguesa, de José Vieira Branco. Ou ainda na revista *Elo*, o artigo sobre o "Instituto para a Cooperação Portuguesa".

Nestes discursos do método de temática econômica, as referências histórico-culturais pertencentes a uma semântica local portuguesa (isto é, as referências surgem como sendo inerentes às estruturas cognitivas dos portugueses, à sua "Social Mind"), funcionam quer como âncoras de estilo e sentido numa clara evocação do auto-estereótipo português, quer como estratégias encenadas pelos "tecnocratas" para seduzir ou persuadir os políticos a determinadas opções políticas.

Um grande número de textos destas revistas também configura um "discurso da moral" (sendo o discurso político uma variante híbrida - porque contém, também, elementos do discurso publicitário - do discurso da moral) caracterizado por Charandeau como sendo proferido por um enunciador investido de "autoridade moral", veiculando um "Fazer X = Fazer o Bem". Neste tipo de discurso, os autores trabalham com teorias da ação humana presentes nas seguintes formulações: eleger "África como

uma das prioridades da política externa portuguesa" (Cavaco Silva, A., "África como prioridade", *Cooperação Portuguesa*); fazer "do poder cultural a componente mais autónoma da intervenção portuguesa no mundo" (Moreira, A., "A crise das identidades", *Cooperação Portuguesa*); "cooperar não é só negociar; há que criar um clima cultural" (Folhadela Moreira, V., "A cooperação portuguesa", *Elo*).

É nos discursos da moral e nos de caráter político que o recurso à matriz cognitiva colonial parece estar mais presente, quer pela evocação do auto-estereótipo - como os portugueses se vêem e pensam que são vistos -, quer pelo reforço e atualização dessa mesma matriz mítica.

Exemplos da atualização da matriz mítica encontramos nos artigos 8 e 9 da revista *Cooperação Portuguesa*, respectivamente da autoria de Adriano Moreira e de Vasco Graça Moura, sendo que o primeiro faz a atualização no sentido de a vincular a uma estratégia nacional futura: "Uma vasta Nação peregrina em terra alheia, no sentido puramente cultural, sem ligação com qualquer projeto político soberano, mas exigindo que se assuma que são as culturas que têm a vocação de eternidade, e não as transitórias formas de poder político. A definição dessa identidade parece uma prioridade para qualquer conceito estratégico nacional ." (Moreira, A., "A crise das identidades", p. 31); e o segundo a faz de forma a justificar uma continuidade histórico-cultural: "Em termos gerais, nunca a ação dos portugueses se caracterizou pela destruição de outros povos, nem pelo arrasamento das culturas com as quais contactamos, nem pela imposição de privilégios baseados na diferença da cor da pele ou de crença religiosa" (Graça Moura, V., "As várias epopéias", p. 33) .

Desta análise, talvez se possa inferir que, enquanto nos discursos do método as referências e evocações do tipo anteriormente enunciadas são predominantemente efeitos de sentido (clichês, refrões), nos discursos da moral e políticos assemelhar-se-iam a propostas de ação ético-políticas (integradas na retórica e na argumentação) .

Os jornais

Dos cerca de 100 recortes de jornais analisados da imprensa de referência, é o diário *O Público* que mais espaço confere aos temas Cooperação e Desenvolvimento, logo seguido pelos diários *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, e pelos semanários *Expresso* e *Independente*.

De uma forma geral os artigos são curtos, não são assinados (o que nas rotinas produtivas dos jornais, configura a pouca importância conferida ao assunto), predominando os temas referentes à Cooperação Pública Portuguesa com os PALOP*, com os sub-temas cooperação militar, cooperação nas áreas de comunicação social, telecomunicações e iniciativas.

O tipo de discurso destes artigos oscila entre "o contrato de autenticidade" e de "seriedade", próprios ao jornalismo (Charandeau, 1983:

* Nota do Editor: PALOP – Países de Língua Oficial Portuguesa.

101-117) e o "contrato de interesses" próprio à publicidade (Charandeau, 1983: 118-131).

Por exemplo, estas características de apresentação das qualidades do objeto-produto "ainda desconhecidas" surgem no episódio da nomeação do Comissário João de Deus Pinheiro para o pelouro ACP (África, Caraíbas e Pacífico), tanto no lead "PE ouve Deus Pinheiro sobre o seu pelouro 'africano': 'O tipo não é mau de todo'" (*Público*, 11/2/95), como no corpo da notícia: "Face aos mais de 30 deputados que intervieram, muitas vezes com mais de duas ou três perguntas, e cujas respostas não puderam exceder mais que um minuto rigorosamente cronometrado por Kouchner, Deus Pinheiro esteve no melhor da sua forma. É certo que a sua tarefa foi facilitada pela inesperada ausência da habitual irreverência nas perguntas dos deputados desta comissão, a par das vantagens oferecidas pela obrigação de responder a uma velocidade relâmpago, que lhe terá permitido, porventura, evitar um aprofundamento muitas vezes incômodo de alguns temas mais delicados ou que exigem maior conhecimento".

A referência à especificidade da presença portuguesa em África e à sua tradição de contatos (reforçando no leitor a consistência cognitiva do Português, por parte do jornalista e do jornalismo) está presente, quer nos títulos e leads dos artigos sobre a nomeação do comissário " Novo Pelouro de Deus Pinheiro: o regresso às Tordesilhas" (*Público*, 31/10/94), "Angola, Moçambique e a 'esperança de África'" (*Público*, 15/03/ 95) , quer nas declarações de Deus Pinheiro ao *Diário de Notícias* em 30/10/94: "Os países que falam português em África constituem um conjunto muito importante, são um conjunto de países que tem tido algumas dificuldades, alguns deles por razões de conflitos internos, em se organizarem no plano económico, político e social, mas todas as indicações são de que, neste momento caminham para a paz. Se assim for, como esperamos, é evidente que também aí uma nova perspectiva se abre e, objetivamente penso que a Comissão tem todo o interesse em Olhar com renovada atenção para os PALOP". O comissário acrescentou que, para Portugal, esta atribuição "é o reconhecimento de uma maneira de estar no mundo, do nosso universalismo, da nossa facilidade de diálogo e do nosso comportamento político em relação aos países menos desenvolvidos".

Este constante reforço do auto-estereótipo em termos de relacionamento de Portugal com os PALOP, torna-se extremamente ambíguo quando se faz a confrontação entre o discurso oficial e os interesses portugueses explicitamente declarados por entidades governamentais.

A propensão a relatar atos especialmente encenados para os media, em que o "acontecimento" só passa a existir no momento da exposição mediática, surge em muitos dos artigos sobre as relações Portugal-África.

Como exemplo temos a cobertura realizada pelos jornais de referência sobre a Fundação Portugal-África, da iniciativa de Miguel Cadilhe, economista e ex-ministro da economia de Cavaco Silva.

Mais complexa quanto ao conteúdo e forma, a Campanha "África Amiga" lançada pelo secretário de Estado da Cooperação Briosa e Gala,

teve como objetivo angariar donativos para Angola e Moçambique, apelando à Sociedade Civil, ao cidadão anônimo, às empresas (inclusive publicitárias) e Organizações Não-Governamentais:

Com esta campanha, o Governo tentou angariar fundos para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, canalizados posteriormente, no terreno, para Organizações Não-Governamentais.

Em estilo e formato de campanha publicitária, vejamos os títulos de alguns artigos - "Espectáculo 'África Amiga' na Caixa Geral de Depósitos: Solidariejazz" (*Público*, 11/01/94); "Música para 'Áfricamiga: A festa estava 'bué'" (*Público*, 30/01/94) ; "África à espera da solidariedade prometida" (*Público*, 27/02/ 94); "Primeira fase da campanha excedeu todas as expectativas: AfricAmiga rende 250 mil (*Diário de Notícias*, 1/03/94). A campanha faz apelo à solidariedade e à imagem da carência e guerra de Angola e Moçambique, sem esquecer 'uma certa nostalgia' dos laços de fraternidade e língua, presentes sobretudo nos spots publicitários das televisões e nas publicidades dos out-doors e jornais.

No início deste item colocaram-se duas hipóteses de trabalho. A primeira partia da "intuição" de que o discurso da Cooperação e do Desenvolvimento continuaria, com adaptações e matizes "modernas", o discurso mítico colonial "das características de adaptabilidade, tolerância e assimilação dos portugueses aos trópicos". A segunda hipótese centrava-se na existência de dois "discursos-padrão" dependentes da estratégia dos enunciadores.

Do estudo efetuado parece possível confirmar a primeira hipótese de que existiria uma certa continuidade entre o discurso mítico colonial e os discursos dos tecnocratas e dos economistas (dos executivos, de uma forma geral, sejam funcionários públicos ou privados) quando se referem à Cooperação e ao Desenvolvimento. Esta continuidade faz-se no sentido da atualização dos atuais interesses econômicos portugueses em África e especialmente nos PALOP. Para tal recorrem aos clichês do discurso mítico de uma forma "oportunistamente", repetindo lugares comuns - com a finalidade de os tornar facilmente identificáveis e consolidadores da "nossa identidade nacional" -, ao mesmo tempo que põem em marcha os atuais e reais interesses portugueses.

Contudo, se o discurso mítico de raiz colonial é quase sempre objeto de uma "modernização" estilística, há casos em que se dá como que uma recriação do mesmo. É o caso do texto de Adriano Moreira "A crise das identidades", da revista *Cooperação Portuguesa*, onde Portugal surge de novo como uma entidade mítica à procura do seu destino. Um destino feito de um passado grandioso e perene a ser continuado, apesar das vicissitudes do presente, como uma missão para o futuro. O papel unificador e insubstituível da cultura portuguesa, a língua portuguesa, a herança evangélica portuguesa são os elementos refundadores desta matriz discursivo-cognitiva colonial.

A mesma matriz, mas no sentido do reforço do hetero-estereótipo, surge no texto da mesma revista, "Somos todos crioulos". Um texto de

grande efeito estético-estilístico que reabre o quadro conceptual da "miscigenação portuguesa" reforçando a "lusofonia crioula" do Lusotropicalismo.

Se o texto de Adriano Moreira é um texto de consistência cognitiva dos portugueses (reforçando o seu auto-estereótipo - o que os portugueses acreditam que são), que cumpre o papel necessário(?) à confirmação e reforço de identidade, o texto de ÁguasLusa surge neste conjunto a confirmar tanto o auto-estereótipo como o hetero-estereótipo desenvolvido por Adriano Moreira.

Quanto à segunda hipótese levantada - a existência, ou não, de dois "discursos-padrão - todo o percurso realizado leva-nos a concluir que o que distingue fundamentalmente estes discursos é a sua dimensão pragmática ou a sua dimensão reflexiva

Enquanto a dimensão pragmática exige uma progressiva adequação ao mundo, acompanhada de uma progressiva materialização dos objetos enunciados, como acontece em quase todos os textos da Elo, na revista Cooperação Portuguesa, a dimensão pragmática e a reflexiva dos discursos alternam-se - caso dos textos de Adriano Moreira e de Vasco Graça Moura - ao apelar quer à racionalidade ontológica e universal do Homem, quer à racionalidade imediata das ações a empreender.

Quanto à imprensa, poder-se-ia inferir que ela tem um papel não negligenciável na fixação e reprodução do discurso das Elites sobre o Outro. São os PALOP que precisam de nós, portugueses, mesmo quando Portugal vende armas, aposta nas telecomunicações como espaço de integração económica ou vai vender livros para promover a indústria livreira e da língua. Este reforço que, pelo avesso, também é um reforço do hetero-estereótipo - o que os portugueses pensam que eles são - parece, por vezes, estar mais enraizado nos jornalistas (ou fará parte da linguagem jornalística?) do que nos governantes. Se nos primeiros e, principalmente, na "Campanha ÁfricAmiga" e nas peças "Eleição do Comissário Deus Pinheiro", os estereótipos são mais fáceis de identificar como consistência cognitiva dos jornalistas, nos discursos dos políticos eles surgem na sua dimensão pragmática justificando e determinando ações.

Opinião publicada, identidade e racismo

Opinião Publicada

Até à expansão e massificação dos processos de comunicação e informação, considerou-se que a opinião pública se formava lentamente, resultando de mudanças concretas, de experiências incorporadas e filtradas no confronto entre indivíduos e grupos no interior da sociedade. Dentro desta concepção, a imprensa seria o lugar e o meio por excelência de confronto das diversas tendências e opiniões.

A tradição portuguesa concebeu a opinião pública, expressa nos media, como sendo resultante da adesão a um princípio e a expressão de

uma vontade geral, feita de escolhas de cidadãos pensantes e ativos e não (no sentido anglo-saxônico) como sendo a soma de escolhas de indivíduos, constituindo um denominador comum da coletividade nacional. Neste sentido, a Opinião, exercida de forma consciente (racional) e ética, seria um espaço ideal de comunicação alargado à participação e a todos os eventuais participantes, irmanados num estatuto semelhante, independentemente das perspectivas temáticas e ideológicas.

No entanto, a crescente concepção dos media como uma empresa sujeita a relações de mercado e a mecanismos de produção, seleção e valorização de informação irá condicionar a relevância atribuída a fatos e acontecimentos. Uma alteração da concepção da opinião pública surgirá, então, vinculada às saliências temáticas definidas pelas redações (as Agendas dos meios de comunicação) e aos processos de sugestão de temas (Tematização).

Neste momento do trabalho, o *corpus* de análise correspondeu a cerca de 100 artigos de opinião (onde estão incluídos editoriais), distribuídos pelos diários e semanários de referência já anteriormente mencionados, durante os anos de 1993, 1994 e 1995.

Confrontando dados anteriormente levantados, nos mesmos jornais, de peças jornalísticas relativas a esta temática (Cunha, I., e outros, 1995) e, apesar deles não serem exaustivos, podemos concluir que os artigos de opinião são relativamente poucos e coincidem com acontecimentos reais, posteriormente autonomizados, agendados e/ou tematizados pelos media.

Assim, no ano de 1993, o acontecimento real em agenda consiste na aprovação das diretrizes do Tratado de Maastricht, centrando-se os artigos de opinião (cerca de 32 distribuídos por todos os jornais, para um total de cerca de 420 peças jornalísticas), na aprovação da nova Legislação para Estrangeiros, na ratificação dos Acordos de Schengen e na nova Lei de Asilo.

O ano de 1994 é dominado pelo "Caso Vuvu" (retenção no aeroporto da Portela, em Lisboa, de mãe e filha, portadoras de visto de turista emitido pela embaixada portuguesa em Kinshasa que vinham visitar respectivamente o marido e o pai). Acontecimento real e/ou acontecimento encenado para e pelos media, no sentido de alertar o governo e a opinião pública para a Imigração, a verdade é que mobilizou os *opinion-makers* direta (15 artigos) ou indiretamente durante todo o ano, num total de cerca de 26 artigos.

Em 1995 acentuam-se na imprensa as referências à violência policial e aos acidentes racistas, mas é o "Caso Bairro Alto" (agressão e morte de um jovem português de origem cabo-verdiana, em Lisboa, no Bairro Alto, por um grupo de Skinheads) que marcará a Agenda sobre os Africanos durante o ano (61 "líderes de opinião" escreveram sobre este tema só no mês de junho, mês do assassinato).

Tornam-se pertinentes algumas observações ao conjunto dos anos analisados. Em primeiro lugar, o fato de, independentemente quer do acontecimento real, quer da Agenda, quer da Tematização, os espaços conferidos aos artigos de opinião sobre os Africanos em Portugal mantiveram

uma relativa estabilidade. Por exemplo, no jornal *O Público* contam-se, nos anos de 1993, 1994 e 1995, dezassete artigos nos dois primeiros anos e catorze no último. Uma segunda observação refere-se às autorias, onde se constata simultaneamente uma grande dispersão (52 assinaturas para 89 artigos) e uma razoável concentração em autores que assinam mais de três artigos (10 assinaturas para 40 artigos)

Das 57 autorias levantadas, chegou-se à conclusão que os *opinion-makers* são maioritariamente jornalistas (ocupando cargos e exercendo funções de prestígio social); políticos de partidos de oposição ao Governo (na altura o Governo era do Partido Social Democrático, PSD); professores universitários (das áreas de sociologia e antropologia) e membros de Associações ou Organizações Não-Governamentais. Identificaram-se dezoito jornalistas, treze políticos, onze professores universitários e sete membros de Associações e Organizações Não-Governamentais.

Apesar de todos os artigos analisados terem como propósito a discussão ou a informação sobre um tema específico, na generalidade acabam por abordar temas que lhes estão próximos. Assim, grande número de artigos que têm como tema central quer a Lei de Estrangeiros, quer a Lei de Asilo ou os Acordos de Schengen, não deixam de abordar e/ou atribuir à entrada de Portugal na União Européia as causas de uma política de imigração restritiva.

Um outro exemplo, relativo aos artigos do "Caso Vuvu", refere-se com bastante constância à necessidade de definição de Políticas de Imigração e Integração. Enquanto nos artigos de opinião referentes ao "Caso Bairro Alto", discute-se o Racismo em Portugal e as questões ligadas à Segurança Nacional (onde se incluem os "Skinheads", autores do referido crime, e a atuação da Polícia de Segurança Pública).

Contudo, se por um lado, alguns jornais de referência têm um papel de reforço e criação de condições propícias na opinião pública à aprovação de medidas políticas restritivas à Imigração e ao Asilo, por outro lado, as denúncias dessas campanhas não se fazem esperar.

Por exemplo no artigo de 4/9/93, do *Público*, intitulado "Segurança e racismo" (A propósito da divulgação de um relatório do Serviço de Informações e Segurança - SIS - sobre 'bandos de jovens negros') diz Vicente Jorge Silva: "No mesmo dia em que o ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, anunciava uma série de medidas policiais para combater o atual surto de criminalidade, o semanário 'O Independente' divulgava um relatório do Serviço de Informações de Segurança (SIS) sobre os 'gangs' negros numa banda desenhada de folclóricos gorilas... O 'Independente' tem todo o direito de ser o que é, embora se recuse a dar a cara frontalmente: um jornal de direita que inspira ou apoia as posições políticas do CDS. O que é deontologicamente menos admissível é a credibilidade que se pretende emprestar à versão racista - de um relatório elaborado por serviços secretos de duvidosíssima competência (e onde se viveria, aliás, em clima de contestação e demissões, a acreditar em outra notícia de 'O Independente').

Identidade

Esta tensão constante na imprensa entre formar e informar e espetacularizar estereótipos e clichês reflete quer as estratégias próprias da empresa jornalística em mutação (políticas de rentabilização e conquista de mercado) quer a "crise" de identidade individual e coletiva, onde se entrecruzam diferentes representações e classificações do mundo. Nesse "combate por uma ordenação simbólica específica" (Martins, 1996: 17) é essencial o recurso à matriz discursivo-cognitiva colonial e aos lugares comuns (ou clichês) do Ser Português, recurso entendido por todos os intervenientes como fator de agregação e identificação.

Na evocação do "Ser português", seja no sentido de o reforçar ou de o contestar, encontra-se sempre como que um discurso mítico da origem e da personalidade do português e de um país mítico - Portugal. Assim, para uns, seria a Emoção (positiva e intelectualizada) e não a razão (o raciocínio frio e calculista) que determinaria a adaptabilidade e tolerância, do "Ser português". Para outros, contestários da adaptabilidade e da tolerância, seria o excesso de Emoção que não permitiria um correto e "moderno" relacionamento com o Outro-não europeu.

Característica ainda constantemente apontada ao "Ser português" seria a hipocrisia individual - praticante de um racismo nunca admitido e quotidianamente exercido - e a hipocrisia do Estado/Governo patente na contradição entre um discurso para o exterior (afirmando as relações privilegiadas com os PALOP) e as práticas internas discriminatórias e segregacionistas.

Ao novo-riquismo (outra faceta do "Ser português") advindo da crença no "sucesso" rápido (ideologia gerada na última fase do governo do Prof. Cavaco Silva) e do "medo" de perder os privilégios recém-adquiridos, atribui-se a insensibilidade atual dos portugueses frente aos Outros, nomeadamente, frente ao não-europeu. Um comportamento considerado por muitos *opinion-makers* como sendo contrário à tradição do "Ser português".

Duas outras facetas do "Ser português" são igualmente evocadas pelos *opinion-makers* de forma constante: o "destino" e a "missão". Estes dois conceitos, fundadores da mitologia colonial portuguesa, encontram-se referidos ora como reforço identitário, histórico ou recontextualizado, ora como denúncia de uma verdade que tende a repetir-se. Desejos de reviver um velho destino e de recuperar uma antiga missão que são por si só a demissão e a descrença num destino e numa vida do país no retângulo peninsular, integrado na Comunidade Européia.

Assim, o sentimento de identidade parece abranger quer uma dimensão individual e socailizada da consciência de si próprio (dos *opinion-makers*), quer processos sócio-económico-culturais complexos. É na tensão gerada entre a dimensão individual e a coletiva, estando esta dominada por fortes pressões internas (alterações do mercado de trabalho, mobilidade social, e mediatização da política) e externas (integração na UE, dificuldades com os PALOP e Brasil, globalização económica e simbólica) que os *opinion-*

makers (independentemente da opção política) continuam a apelar insistentemente ao "Ser Português".

Por exemplo: 14/2/94, *Diário de Notícias*, Guilherme de Melo, "Burocracia e bom senso" (A propósito do 'Caso Vuvu').

"Se tivesse havido um mínimo de bom senso e compreensão, era assim que teria acontecido e evitar-se-ia a criação de mais um acidente de aeroporto a juntar-se aos que ao longo dos dois últimos anos ocorreram e que começam a dar de Portugal uma imagem de intolerância e dureza, com alguns laivos de lamentável xenofobia, que se não compagina com o povo que sempre fomos."

Racismo

Como se reflete na discussão do racismo a matriz-cognitivo colonial? Como se equaciona etnocentrismo e universalismo no momento em que se opina sobre crimes e incidentes racistas? Como se fala de tolerância, adaptação e Lusotropicalismo quando as práticas individuais e as políticas governamentais instituem uma realidade contraditória insofismável? Como persiste este universo simbólico mítico?

Frente aos inúmeros incidentes de caráter racista (inclusive uma execução perpetrada por "skinheads") não faltam artigos de opinião que se interrogam sobre a natureza do racismo e se os portugueses são ou não são racistas. Sendo que, em ambas as interrogações há indícios da matriz discursivo-cognitiva colonial.

Quando se fala da natureza do racismo português há uma grande tendência a contrapor o racismo (ou o não racismo) do período colonial e o racismo existente hoje. O racismo do período colonial ou não existia (por exemplo para Jaime Nogueira Pinto) ou as relações entre os grupos eram de tal modo assimétricas (como refere Manuel Villaverde Cabral) que não davam azo a incidentes.

Ex: Jaime Nogueira Pinto, *Diário de Notícias*, 24/06/95 "Reflexão sobre as violências" (Acerca do assassinato por Skinheads de um português de origem cabo-verdiana). "O que é que pretendem os nossos «racistas» e «anti-racistas»? Criar complexos de culpa raciais do povo português em relação aos povos que colonizamos, em termos de uma espécie de indenização histórica, que faz as alegrias das criaturas politicamente mais corretas? Os «descolonizadores» de há 20 anos, que lançaram milhões de pessoas no comunismo e na guerra civil, ainda não estão satisfeitos?"

Ex: Manuel Villaverde Cabral, *Diário de Notícias*, 26/06/95 "Os portugueses são ou não racistas?" (Acerca do assassinato por Skinheads de um português de origem caboverdiana). "Ora bem, sejam quais forem as especificidades do colonialismo português, que hoje servem novamente de alibi aos comemoradores das descobertas, há algo que só um mentiroso pode negar: a relação entre nós e eles nunca foi igualitária. E nessa relação assimétrica também nunca houve dúvidas acerca de quem estava por cima (nós) e quem estava por baixo (eles). O racismo não está na diferença, mas

sim na assimetria da relação entre pessoas de raças e credos diferentes. Daqui não se pode fugir!"

A crença na inexistência de um racismo português fundamentado na crença maior das relações privilegiadas que Portugal e os portugueses manteriam com os povos que colonizaram (matriz discursivo-cognitiva colonial) está ainda bem presente em muitos artigos de opinião que atribuem os fenômenos recentes de racismo, quer ao abandono das tradições portuguesas, quer à decomposição política do momento, quer a fatores exógenos e às "modas" importadas da Europa do Norte.

O racismo atual é, ainda, atribuído por muitos autores, não só a fatores econômicos e à decomposição política e econômica do governo do Prof. Cavaco Silva como, muito em particular, à atuação da polícia e dos Serviços de Informação e Segurança (SIS).

Exemplos da atribuição do racismo de hoje a fatores importados da Europa são os artigos de: João Amaral, deputado do Partido Comunista (onde acusa o Governo PSD e os partidos de oposição, o PS e o CDS-PP, de compactuarem com as políticas de imigração restritivas da Europa presentes nos Acordos de Schengen), e de Alfredo Margarido (onde ensaia a distinção entre o racismo colonial e o racismo existente hoje em Portugal).

Ex: 19/06/95, João Amaral, *Jornal de Notícias*, "Todos iguais, todos diferentes" (Acerca do assassinato por Skinheads de um português de origem caboverdiana). "Não posso esquecer hoje que na matriz destas atitudes xenófobas e racistas dos poderes públicos está o Acordo de Schengen e que o acordo foi votado não só pelo PSD mas também pelo PS e pelo CDS-PP".

Ex: 28/06/95, Alfredo Margarido, *Público*, "O racismo de Schengen" (Acerca do assassinato por Skinheads de um português de origem caboverdiana). "Lisboa nunca foi cidade de crimes racistas; apesar de sempre se terem registado agressões de caráter abertamente racista. estamos, por isso, perante uma grave mudança: a agressão cedeu o lugar ao crime. Creio ser importante e até conveniente reparar que nunca se verificaram tais acidentes durante a guerra colonial... O nosso racismo deixou de depender das colônias, que já perdemos, para estar cada vez mais ligado às ideologias racistas e xenófobas elaboradas mais a norte."

Conclusão

A matriz discursivo-cognitiva colonial perpassa, em quase todos os artigos dos *opinion-makers*, ora como reforço da tese maior "diferença da colonização portuguesa relativamente às outras colonizações européias" e, por conseguinte, confirmando a crença num relacionamento diferente entre Nós (portugueses) e os Outros (não-europeus), ora como contestação e negação dessa diferença e desse relacionamento privilegiado.

Esse constante apelo à Diferença (da colonização, do relacionamento, da história, do universalismo, da tolerância), surge como um reforço cognitivo identitário dos *opinion makers*, na medida em que - quer para a confirmar,

quer para a negar - a elegem como "fato/dado" de partida para qualquer argumentação.

Fala-se do Outro sem o nomear, sem o descrever, numa total ausência de objeto. O Outro só existe enquanto prolongamento do Eu e na medida em que é pretexto para falar de Nós (portugueses) próprios. Daqui a dificuldade em falar do Imigrante e da Imigração, da cidadania e das políticas concretas de imigração e integração.

Escrever sobre o racismo, as políticas de imigração e integração, o Lusotropicalismo ou a Comunidade de Países de Língua Portuguesa exige simultaneamente o recurso à matriz discursivo-cognitiva colonial (o discurso mítico) e a confrontação com as práticas individuais, coletivas e políticas.

Como afirma Manuel Villaverde Cabral no artigo "A insanável contradição do luso-tropicalismo" (*Diário de Notícias*, 21/02/94), a recuperação do discurso lusotropicalista na sua forma democratizada, surge para as Elites portuguesas quer como uma forma de evitar que Portugal se dissolva na Europa, quer como uma alternativa à globalização econômica e simbólica, implementando - de novo e pragmaticamente - o discurso da Diferença e das relações privilegiadas com África.

Escreve-se sobre o racismo contrapondo a tradicional tolerância portuguesa à atual intolerância e práticas racistas e xenófobas. Fala-se dos imigrantes e da inexistência de uma política de imigração (fala-se aliás, pouco), compara-se o discurso do Governo para o exterior (leia-se para os PALOP) com as práticas de um racismo institucionalizado no quotidiano. Anuncia-se uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa e hesita-se em regularizar milhares de imigrantes clandestinos.

Tal como resume no seu artigo do *Público* de 27/02/94, Nelson Saúte "O problema político que nós temos com Portugal" (Acerca do 'Caso Vuvu', mãe e filha angolanas com passaporte zairense e visto da embaixada portuguesa em Kinshasa, impedidas de entrar em Portugal) "O que está em causa, muito mais do que a discussão de passaportes, vistos e bagagens, é a relação entre os africanos e os portugueses. Como é que nós encaramos o nosso relacionamento? ...Há semanas, os políticos dos países de língua portuguesa acordaram na formação de uma comunidade. É inacreditável a hipocrisia que preside a tal empreendimento! Não sou contra comunidades de língua portuguesa nem seja do que for, mas não posso caucionar semelhantes atitudes quando - deste e do outro lado - acontece o que sabemos que acontece."

Bibliografia

- BERGER, P. e LUCKMAN, T. *A construção social da realidade*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.

- _____. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994.
- CHARANDEAU, P. *Langage et discours: éléments de sémiolinguistique*. Paris: Hachette, 1983.
- CUNHA, I. *O discurso colonial dos anos 50: uma experiência inteligente*. Lisboa: Semana Sociológica da Universidade Lusófona, 1992.
- _____. Os discursos da cooperação e do desenvolvimento. In: *Vozes do Norte, Imagens do Sul*. Lisboa: CIDAC, 1994.
- _____. A construção da opinião. In: *A imprensa e os africanos em Portugal*. Lisboa: CIDAC/Câmara da Amadora/Inst. da Juv., 1996.
- _____. Balanço da Imprensa 1995. In: *A imprensa e os africanos em Portugal*. Lisboa: CIDAC/Câmara da Amadora/Inst. da Juv., 1996.
- DIAS, J.. Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português. In: *Ensaaios etnológicos*. Lisboa: J.I.U., 1961.
- DIJK, T.A. Van. *La ciencia del texto*. 3. ed. Barcelona: Paidós, 1987.
- _____. *La noticia como discurso*. Barcelona: Paidós, 1990.
- _____. *Elite discourse and racism*. London: Sage, 1993.
- _____. Discourse and cognition in society. In: CROWLEY, D. e MITCHELL, D. *Communication theory today*. London: Polity Press, 1994.
- ESTEVES, J.J. P. N. *A ética da comunicação e os media modernos*. Lisboa: Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Nova, 1993.
- FIGUEIRAS, R. e POLICARPO, V. *Foi você quem pediu uma opinião?*. Trabalho apresentado à disciplina Sociologia da Comunicação. UCP, 1995.
- GARCIA, J.L. "Os jornalistas portugueses enquanto actores do espaço público mediatizado: legitimidade, poder e interpermutação". In *Rev. Comunicação e Linguagens: Comunicação e Política*, 21-22:365-382, 1995.
- KATZ, E. Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. In: TRAQUINA, N., org. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993. p. 52-60.
- KEPPLINGER, H. e HABERMEIER, J. "The impact of key events on the presentation of reality". In: *European Journal of Communication*, 10 (3): 1995.
- LOURENÇO, E.. *O labirinto da saudade*. 3. ed. Lisboa: D. Quixote, 1988.
- _____. Tempo português. In: *Janus 97: anuário de relações exteriores*. Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa, 1997. p. 20-21.
- MARTINS, M. de L. *O olho de Deus no discurso salazarista*. Porto: Afrontamento, 1990.
- _____. *Para uma inversa navegação: o discurso da identidade*. Porto: Afrontamento, 1996.
- MATOS, S. C. *História, mitologia, imaginário nacional: a História no curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- McQUAIL, D. *Mass Communication theory*. London: Sage, 1987.
- MESQUITA, M. Tendências da comunicação política. In *Rev. Comunicação e Linguagens: Comunicação e Política*. 21-22:383-402, 1995.
- NETO, F. *Psicologia da migração portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993.

- QUEIRÓS, J. O caso Vuvu: o caso perfeito. In: RIFFIOTIS, T. *Antropologia colonial de Jorge Dias*. São Paulo: USP, 1987 (datilografado).
- SAMPAIO, A. "O mundo maravilhoso dos comentadores". *Público*, 05/05/96.
- SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice*. Porto: Afrontamento, 1994.
- SCHUDSON, M. "Porque é que as notícias são como são?". *Rev. Comunicação e Linguagens*, 8:17-26, 1988.
- SFEZ, L. *Dictionnaire critique de la communication*. Paris: PUF, 1993.
- TODOROV, T. *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- TOURAINE, A. O racismo hoje. In: *Racismo e Modernidade*. Atas do Colóquio "Três Dias sobre o Racismo", Venda Nova, 1995.